



Autos nº 00189358120178070015
(Processo antigo nº 20170110594503)

DECISÃO

Autos n. 20170110594503 - . IPs n. 2471/2007 - Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional de São Paulo
Registro Criminal: 2017061379
Executado : PAULO SALIM MALUF, filho de Maria Stefano Maluf

Cuida-se de pedido de sobrestamento da execução, com pedido subsidiário de concessão de prisão domiciliar humanitária excepcional, formulado pela Defesa do sentenciado PAULO SALIM MALUF, filho de Maria Stefano Maluf.

Quanto ao primeiro ponto, funda-se o pleito na alegação de que inexistente condenação transitada em julgado apta a conferir lastro à presente execução, bem como de que pende de apreciação medida cautelar ajuizada no STF com vistas à anulação da decisão que determinou o início do cumprimento da pena.

O segundo pleito, por outro lado, decorre das alegações de que o sentenciado é idoso, contando com 86 (oitenta e seis) anos de idade, bem como de que se vê acometido de doenças graves, dentre elas câncer de próstata, hérnia de disco e problemas cardíacos, que, aliados à idade avançada, tornam inviável seu recolhimento ao cárcere sem prejuízo às suas integridades física e moral (fls. 408/430).

O pedido veio acompanhado de documentos (fls. 431/486).

Após determinar a realização de diligências (fl. 488), dentre as quais a alocação do sentenciado no Bloco V do Centro de Detenções Provisórias (CDP), colhi manifestação do Ministério Público, que se posicionou contra o sobrestamento da execução e, quanto aos demais pleitos, pelo reconhecimento da incompetência deste Juízo para analisá-los, nos moldes do que ocorreu quando de delegações anteriores de atos de execução para este Juízo da Execução do Distrito Federal (fls. 497/498).

Em virtude de consulta feita pela Polícia Federal (501), manteve a determinação anterior de recambiamento do sentenciado para esta Capital da República (fls. 503/503v).

Noticiada que a transferência do preso tomaria lugar nesta data (fl. 512), determinei a realização de diligências a serem observadas quando de sua chegada (fls. 513/513v), além de fixar data para a apresentação do laudo pericial do IML, do parecer definitivo da equipe médica com atuação no CDP, bem assim de eventual parecer dos assistentes técnicos indicados pelo reeducando.

Sobrevieram informações prestadas pela direção do CDP dentro do prazo inicialmente concedido (fls. 523/224).

No dia de hoje, a defesa atravessou pedido de concessão cautelar da prisão domiciliar humanitária, medida que reputa imperiosa diante da debilidade física do sentenciado, além de indicar assistente técnico e quesitos a serem respondidos pelo IML (fls. 525/535).

Deixo de encaminhar os autos ao Ministério Público sob pena de prejudicar a análise do pedido em tempo hábil.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. **DECIDO** .

Aprecio, neste momento, apenas os pedidos de sobrestamento da execução, relativamente ao qual já houve manifestação do *Parquet* , bem como de concessão cautelar da prisão domiciliar humanitária.

Inicialmente, quanto ao primeiro pedido, pleiteou a Defesa fosse sobrestada a execução até o julgamento de agravo regimental interposto junto ao c. STF, tendo por objeto a decisão do Excelentíssimo Ministro Relator Edson Fachin em que se determinou o início da execução da pena, bem assim da ação cautelar ajuizada perante a Presidência da Corte Suprema.

Neste ponto, esclareço que a ação cautelar mencionada pela Defesa foi apreciada em 21.12.2017 pela Excelentíssima Presidente do c. STF, Ministra Carmen Lúcia, que rechaçou o pleito defensivo.

No mais, questões outras acerca do sobrestamento da execução não podem ser apreciadas por este Juízo, mero delegatário que é quanto os incidentes da execução, mas não quanto à oportunidade do início imediato da expiação da pena em si.

Dessa forma, **não conheço** do pedido formulado pela Defesa, à falta de competência para apreciá-lo.

Superado este ponto, observo que o avanço sobre os pedidos de prisão domiciliar humanitária, quer em caráter definitivo, quer em caráter cautelar, passa pela definição da competência para o enfrentamento do pleito.

A esse respeito, tenho que, diversamente do que se deu na delegação atinente aos atos de execução das reprimendas fixadas no bojo da Ação Penal 470, a atribuição de competência para os atos da execução subjacente deu-se de maneira mais ampla, limitando-se o eminente Ministro a demandar que fosse a Corte Suprema comunicada quanto ao início e ao fim do cumprimento da pena.

Assim, ficou a cargo deste Juízo todos os demais atos de execução, conclusão que fica reforçada pelo teor dos votos proferidos pelos Excelentíssimos Ministros que participaram do julgamento que culminou na condenação do reeducando. De fato, em mais de uma oportunidade, ressaltaram que a decisão relativa a eventual pedido de prisão domiciliar humanitária ficaria a cargo do Juízo da execução.

Estatuída, pois, a competência deste Juízo, passo ao enfrentamento do mérito do pedido cautelar.

Nesse ponto, sustenta a combativa defesa que a idade avançada do apenado, aliada à suposta fragilidade de seu estado de saúde, justificariam a concessão da prisão domiciliar, mormente pela inadequação ou insuficiência de atendimento médico no estabelecimento prisional, fundamentando o pedido no art. 318 do Código de Processo Penal.

Contudo, é de se esclarecer, de saída, que o mencionado comando legal prevê a possibilidade de substituição da prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 80 (oitenta) anos, ou ainda, quando estiver extremamente debilitado por motivo de doença grave.

Todavia, trata-se de previsão legal aplicável à prisão cautelar, quando ainda inexistente certeza acerca da prática delitiva pela pessoa do acusado. Demais disso, orienta-se a aludida substituição pela ótica da suficiência para o alcance de um dos objetivos que podem justificar a segregação cautelar ou medida distinta (art. 312 do CPP).

Por outro lado, também a Lei de Execuções Penais, em seu art. 117, traz a possibilidade de aplicação da prisão domiciliar, restringindo-a, contudo, para aquele reeducando que já se encontra em regime aberto.

Porém, a situação dos autos não se amolda às autorizações legais para que se institua a prisão domiciliar substitutiva. De fato, cuida-se de prisão definitiva em regime fechado, a afastar, respectivamente, as substituições previstas no CPP e na Lei de Execuções Penais.

É certo, porém, que a despeito da falta de enquadramento legal, a jurisprudência tem se firmado no sentido de aplicar analogicamente os dispositivos legais em questão para situações de extremas gravidade e excepcionalidade, quando reveladoras da incompatibilidade das condições pessoais do apenado com o encarceramento.

Não poderia ser diferente, aliás, na medida em que o princípio da dignidade da pessoa humana e da humanização das penas impõe que, ainda que de extrema gravidade o crime praticado, receba o sentenciado tratamento digno.

Nesse sentido:

EXECUÇÃO PENAL. RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 214 DO CP. SENTENCIADO CUMPRINDO PENA NO REGIME SEMI-ABERTO. PRISÃO DOMICILIAR.

I- A prisão domiciliar, em princípio, só é admitida quando se tratar de réu inserido no regime prisional aberto, ex vi do art. 117 da Lei de Execução Penal (Precedentes do Pretório Excelso).

II- Excepcionalmente, porém, esta Corte tem entendido que mesmo no caso de regime prisional diverso do aberto é possível a concessão de prisão domiciliar,

em face de comprovada doença grave, se o tratamento médico necessário não puder ser ministrado no presídio em que se encontra o apenado (Precedentes do STJ).

III- O fato de o recorrido ser pessoa idosa, que precisaria assistir pessoalmente a esposa gravemente doente, não se enquadra entre as excepcionais hipóteses de concessão da prisão domiciliar a condenado ao cumprimento de pena em regime semi-aberto.

Recurso provido.

(REsp 661.323/RS, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, Rel. p/ Acórdão Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2005, DJ 01/07/2005, p. 608 - **grifei**)

No caso em apreço, é inegável que o sentenciado ostenta idade avançada, além de estar acometido de doenças graves, conclusão a que se chega num primeiro momento à vista da documentação trazida aos autos pela defesa com o pedido inicial, e que pode vir a ser afastada à vista dos laudos e pareceres técnicos que oportunamente virão aos autos.

Resta, contudo, saber se tais condições impõem, num juízo de cautelaridade, a concessão de prisão domiciliar ao sentenciado.

A resposta é negativa.

Com efeito, por imposição da prudência, este Juízo, desde quando recebeu o pedido de concessão da prisão domiciliar humanitária, determinou que a direção do CDP encaminhasse, em 48 horas, informações quanto à possibilidade de acolhimento do sentenciado.

Sobrevieram, nesta data, então, informações prestadas pelo Diretor do CDP, Dr. José Mundim Júnior, revelando que dito estabelecimento prisional conta com equipe de saúde multidisciplinar composta por 2 (dois) clínicos, 1(um) infectologista, 1 (um) psiquiatra, 2 (dois) enfermeiros, 3 (três) técnicos de enfermagem, 1 (um) fisioterapeuta, 3 (três) dentistas, 2 (dois) psicólogos, 1 (um) técnico de laboratório, 1(um) técnico de farmácia, 1 (um) enfermeiro de vacina, 1 (um) técnico de enfermagem/vacina e 2 (dois) assistentes sociais. Esclareceu, ainda, que dispõe de ambulância de pronto atendimento e que, em casos grave, se houver necessidade de internação, dispõe de leitos na rede pública de saúde, o que não impede a internação, a realização consulta e/ou exames na rede privada, caso esse seja o interesse do reeducando .

Concluiu, por fim, que, **numa análise preliminar**, o Centro de Detenção Provisória ***?tem condições de prestar a assistência médica de que necessita o sentenciado, uma vez que já atende presos com situações análogas à do citado réu, ainda que com recurso à rede pública ou privada de saúde?*** (fls. 523/524).

Assim, nada há nos autos até agora a indicar que a permanência do sentenciado no cárcere impõe maiores riscos à sua integridade física. Ao reverso, do que vi, concluo,

num primeiro momento, que seu quadro clínico não demanda tratamento ou acompanhamento médico que não possa ser adequadamente prestado pelo serviço de saúde da unidade prisional.

Ante o exposto, **NÃO CONHEÇO o pedido de sobrestamento da execução e INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar em caráter cautelar**, o que faço com fulcro no já mencionado art. 117 da LEP, **sem prejuízo da decisão a ser proferida em caráter definitivo**, logo após o cumprimento das diligências já determinadas.

Ressalto, mais uma vez, a possibilidade de revisão da presente decisão, de caráter meramente provisório, mormente após a juntada do Laudo de Perícia Médica a ser elaborado pelo Instituto Médico Legal ? IML, e, principalmente, das informações a serem prestadas pela equipe médica com atuação no CDP, após avaliação direta do reeducando, a serem encaminhados a este Juízo até o dia 26 de dezembro próximo.

Oficie-se à Direção do CDP e à Direção do IML, remetendo cópia da presente decisão.

Oficie-se, ainda, ao Excelentíssimo Ministro Edson Fachin, com a finalidade de remeter cópia da presente decisão, bem como de lhe dar notícia do início da expiação da pena imposta ao sentenciado PAULO SALIM MALUF aos 20 de dezembro de 2017.

Publique-se. Intimem-se.

Confiro força de ofício à presente decisão.

Distrito Federal, 22 de Dezembro de 2017.

BRUNO AIELO MACACARI
JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO DF